

Habemus papam: Leão XIV e o espírito de um novo tempo



» MANUELE PORTO CRUZ
Teóloga, psicóloga e mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora no curso de filosofia da FATEO

No último 8 de maio, o mundo ouviu novamente o tradicional *Habemus papam!* — e, com ele, foi apresentado ao novo líder da Igreja Católica: o cardeal Robert Francis Prevost, agora papa Leão XIV. Sua eleição chamou atenção não apenas por ser o primeiro papa nascido nos Estados Unidos, mas também pelo simbolismo que já se delineia em torno de seu nome e de suas primeiras palavras como pontífice.

Nascido em Chicago, em 1955, e membro da Ordem de Santo Agostinho, Prevost tem uma longa trajetória pastoral iniciada no Peru, em 1985. Atuou por décadas como pároco, professor e, posteriormente, bispo de Chiclayo. Em 2023, foi chamado ao Vaticano para liderar o Dicasterio para os Bispos e a Pontifícia Comissão para a América Latina — cargos que ocupava até sua eleição como papa. Trata-se, portanto, de alguém com sólida experiência em contexto latino-americano, marcada pelo serviço e proximidade com populações frequentemente invisibilizadas.

A escolha do nome Leão XIV não parece ter sido aleatória. Ao evocar Leão XIII — papa da

encíclica *Rerum Novarum*, marco inaugural da Doutrina Social da Igreja —, o novo pontífice sugere uma atenção especial às grandes questões sociais do presente: desigualdade, crise ambiental, exclusão e autoritarismo. Esse gesto, vindo de alguém com dupla nacionalidade, norte-americana e peruana, carrega implicações não só eclesiais, mas também políticas. Sua decisão de discursar em espanhol em sua primeira aparição pública reforça esse vínculo simbólico com os povos do Sul Global, em contraste com narrativas nacionalistas, xenófobas e economicamente protecionistas que ainda ganham força em algumas partes do mundo — inclusive nos Estados Unidos, onde figuras como Donald Trump promovem uma concepção de liderança marcada pelo confronto e pela retórica divisiva. A defesa de uma “paz desarmada” ressoou fortemente, podendo ser lida tanto como uma metáfora espiritual quanto como uma crítica à lógica bélica e aos mecanismos de violência e dominação que operam nas esferas política e econômica. Dessa maneira, reflete o compromisso do novo papa com a resolução pacífica de conflitos e a promoção de uma cultura de paz.

Embora ainda seja cedo para definir os contornos de seu pontificado, os sinais emitidos por Leão XIV sugerem uma continuidade em relação ao legado de Francisco, cuja marca inconfundível foi a centralidade dada à sinodalidade, ao diálogo com o mundo contemporâneo e à proximidade concreta com os que sofrem. Essas dimensões, mesmo já presentes em pontificados anteriores,

ganham com Francisco uma força pastoral e representação particular, especialmente voltada às periferias — geográficas e existenciais. Leão XIV, por sua vez, parece reafirmar essas direções, porém com um tom mais moderado, tanto na expressão quanto na forma de condução. A escolha de vestes mais ornamentadas do que as usadas por Francisco — embora ainda comedidas — pode ser lida como um esforço por manter o equilíbrio entre a dignidade do ministério papal e a simplicidade exigida pelo Evangelho.

Sendo agostiniano, Leão XIV também herda uma espiritualidade que valoriza o afeto mútuo e o progresso intelectual como fundamentos da vida comunitária e missionária. Essa tradição, marcada por um impulso inclusivo e internacional, parece já informar sua visão de uma Igreja que constrói pontes, com humildade e caridade, na escuta mútua e na busca da justiça. Não por acaso, seus primeiros gestos como papa indicam o desejo de uma Igreja que caminha unida, sem romper com suas raízes, mas atenta às urgências destes tempos, à disposição para servir e ao encontro com diferentes realidades.

Neste momento em que tantas instituições atravessam crises de confiança, o olhar se volta a Roma não à procura de um soberano, mas de uma referência ética, espiritual e humana. Leão XIV se apresentou como alguém disposto a exercer essa liderança com coragem e senso de missão. Resta agora acompanhar os próximos passos deste pontificado que começa sob o signo do compromisso e da escuta.



O que é CPLP?



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Eu era presidente da República, e Mário Soares, presidente de Portugal. O meu telefone toca, era o meu amigo Mário Soares, de Lisboa. Como é o costume português, o interlocutor perguntou: “Está lá?” Respondi, também no mesmo costume português: “Estou, estou!” Nada de “alô, alô”, como respondemos no Brasil. Ele diz: “senhor presidente, sei que estão realizando uma nova Constituição e venho pedir-lhe que nela conste que a língua oficial do Brasil é a língua portuguesa”. Respondi-lhe: “Mas, caro amigo, esta é mesmo a nossa língua, e já falei ao Ulysses Guimarães que assim o faça”. E dessa forma ficou registrado em nossa Constituição. Disse ainda ao presidente Mário Soares que desejava mesmo fazer uma reunião no Brasil para fundarmos uma comunidade de países que falam a língua portuguesa. Portugal estava de acordo, disse-me ele.

Encarreguei o Itamaraty de mobilizar nosso serviço diplomático na África para convidar, pessoalmente, todos os presidentes dos países lusófonos para um encontro em São Luís, no Maranhão, onde faríamos uma primeira reunião.

Para minha surpresa, os africanos reagiram, recusando-se a participar de uma reunião com Portugal para criação de uma comunidade, alegando estarem num momento de proximidade da descolonização e serem muito recentes as cicatrizes deixadas pelos colonizadores, tudo ainda à flor da pele. Diante desse impasse, sugeri que fizessemos a reunião não para criar uma comunidade, mas para criar uma instituição,

o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com foco na defesa da língua portuguesa e de caráter eminentemente cultural. Assim, todos concordaram — com exceção do José Eduardo dos Santos, presidente de Angola, que não veio, mas enviou representante, justificando sua ausência pela indisposição de se reunir com Mário Soares.

Dessa forma, a língua mostrava o seu efeito unificador e sua neutralidade, constituindo-se patrimônio de todos nós. Anos depois, com a concordância geral, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa tornou-se Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), um grande e prestigiado organismo internacional, com sede na África, em Cabo Verde, presidido, em rodízio, por todos os presidentes dos países onde se fala português.

Em 5 maio, nesta semana, celebramos o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Essa data foi estabelecida pela CPLP — que se tornou uma organização parceira oficial da Unesco em 2000 —, que nasceu em São Luís do Maranhão.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) foi fundada há mais de 100 anos e, na sua instalação, dois grandes escritores, Machado de Assis e Joaquim Nabuco, estabeleceram as diretrizes, sintetizadas em duas condutas: defender a língua e a tradição.

Eu, por artes do destino, sou hoje o decano da ABL, e assim tenho a obrigação, como político e intelectual, de defender — como o fiz na criação da CPLP — essa nossa extraordinária língua de cultura, hoje falada por quase 300 milhões de pessoas.

Nestes últimos 500 anos, o português transformou-se de um idioma oceânico em um idioma continental.

Ao iniciar, no século 15, sua expansão para fora da faixa mais ocidental da Península Ibérica, ganhou primeiro o Atlântico e depois o Índico, fixando-se nas ilhas e nos pequenos e numerosos portos ao longo das praias que bordejam o

que os gregos chamavam de Rio Oceano. Língua de marinheiros, tornou-se o idioma de ligação dentro dos breves espaços das feitorias e o falar do comércio com os povos que lhes eram vizinhos. Impôs-se como língua de beira-mar e de viagem, insulana, quer a cercasse o mar ou a isolassem a estranheza e a hostilidade das terras que a envolviam. Isso não impediu que se tornasse a língua franca do mercadejo nos litorais da África e do sul da Ásia, que se fizesse a língua de corte, a exemplo do que sucedera com o francês na Europa do século 17, em reinos africanos como os do Benim, do Congo e do Warri, que entregasse palavras e modos de dizer a numerosas línguas, do iorubano ao japonês, que marcasse profundamente não só o vocabulário, mas também a sintaxe de idiomas como o papimentado e o urubo, que criasse novas línguas, como os crioulos de Cabo Verde, de Casamansa, da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de Ano Bom, e os papiaés de Málaca, do Ceilão, de Macau, do Timor e da Índia.

O açúcar, o ouro e o gado fizeram-na, com relativa rapidez, ganhar o interior do continente sul-americano. E, se mais lento foi o avançar pelos planaltos africanos, subiu o Zambéze e se instalou nos “prazos” de Moçambique e percorreu, em Angola, o Cuanza, o Loja, o Dande, o Cuvo, fixando-se, ali e acolá, em entrepósitos, vilarejos e acampamentos de pombeiros. Abandonou, pouco a pouco, sua insularidade. Saiu dos navios e das praias, para expandir-se terra firme adentro, acabando por consolidar-se num imenso espaço territorial, terra que se tornou a América Portuguesa, um dos mais amplos espaços do mundo em que se fala o mesmo idioma. E fala-se o mesmo idioma com invulgar unidade, uma unidade que se superpõe aos regionalismos que o enriquecem e que o tornam, sem qualquer esforço, naturalmente compreendido por todos os que o falam ao longo do grande arco que corre da Europa até Timor-Leste.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@abr.com.br



Lições do conclave

Enquanto observava o recém-eleito papa Bento XVI na Loggia das Bênçãos, o cardeal Francis George foi filmado com uma expressão notavelmente pensativa. Questionado por um repórter, ele respondeu com ares proféticos: “Estava olhando para o Circus Maximus e para o Monte Palatino, onde os imperadores romanos costumavam residir. Era daquele ponto lá no alto que eles comandavam a perseguição sangrenta contra os opositores e contra os cristãos naquela época”. Hoje, diz o sacerdote, “onde estão seus sucessores? Onde está o sucessor de Júlio César? Onde está o sucessor de Marco Aurélio? O fato é que ninguém mais se importa com isso. Eles passaram, mas a Igreja permanece. Figuras que foram tão importantes no passado só são lembradas hoje nos velhos livros de história. Mas, ao contrário, o sucessor de Pedro, aquele ao qual Cristo confiou as chaves do céu, está, neste preciso momento, acenando para a multidão do alto da janela do Palácio do Vaticano. Vejo -o sorrindo e saudando a todos como uma vitória da própria Igreja”, finalizou.

De fato, o Império Romano, que chegou a se imaginar eterno, não caiu num único dia, nem como vítima de apenas uma batalha. Ruiu aos poucos, como muitas repúblicas ao longo da história humana, minado pela corrupção, pela centralização do poder, pela decadência moral e pela substituição do bem comum pelo privilégio de poucos. O ano era 476 da nossa era. Ou seja, a 15 séculos passados.

O Senado, tão poderoso naquele período, era o símbolo da razão republicana e o centro do poder. Aos poucos, no entanto, foi se tornando apenas um palco para a manifestação de vaidades e traições. Naquele final de ciclo, as decisões já não eram guiadas pelos nobres ideais republicanos, mas por acordos silenciosos, traições, mentiras e muitas moedas invisíveis.

A história cobra apenas que aprendamos com os fatos passados. Para não repeti-los em forma de farsa. Muitas lições podem ser apreendidas nesse conclave, que agora escolhe um novo papa para a Igreja. Toda essa movimentação que agita a cidade eterna de Roma neste momento parece lançar uma luz no nosso tempo, fazendo uma espécie de link do passado com a incômoda realidade brasileira que atravessamos.

De certa forma, somos ainda uma república jovem, mas que já apresenta sinais de cansaço e velhice precoce. Temos a Carta de 1988, moderna e adequada a este século, mas que, infelizmente, continua sendo empurrada adiante com as ferramentas gastas da velha política. O Congresso, que deveria ser o guardião da democracia, frequentemente se comporta como uma câmara patrimonialista — mais próxima do Senado dos Césares do que de uma ágora cidadã. Os escândalos se sucedem, os nomes se repetem, e o futuro se adia. Tudo igual a Roma antiga.

Sob os afrescos de Michelangelo, um ritual multicentenário se repete com homens de diferentes nações reunidos não para disputas do tipo secular, mas para definir o novo pastor para os 1,4 bilhão de fiéis. Nesse tipo de escolha, não se vê palanques, jingles ou comícios em alto som — apenas a manutenção de um silêncio profundo, seguido de orações em busca de uma luz nova para a Igreja. Depois, vem o voto secreto. O poder, ali, não é um fim em si mesmo, mas uma responsabilidade que pesa nos ombros de todos aqueles que envergam os trajes papais.

Em 2026, também o Brasil realizará seu rito de escolha para o comando do país. À diferença do que ocorre agora em Roma, as eleições de 2026 prometem ser das mais aguerridas dos últimos anos. A polarização política do país está mais extremada do que o céu e o inferno, com os dois lados se condenando mutuamente ao degredo e ao fogo eterno das trevas. Promessas recicladas, alianças improváveis, messianismos oportunistas.

O país irá às urnas em busca de um rosto novo para um país envelhecido por dentro. A decadência do Império Romano vis-à-vis a nossa decadência política pode, enfim, nos ensinar algo importante: a lição de que nosso país não necessita mais de Césares ou Augustos. Talvez, o conclave tranquilo para a escolha do papa possa nos apontar um novo caminho, longe das velhas estruturas.

Mas antes temos que cuidar de empurrar esses imperadores e consules para o fim da história. Temos que nos abster dos mesmos vícios que condenaram o Império Romano. Temos que espantar para bem distante esses sucessores de César. Temos que fugir, como os escravos fugiam do castigo cruel, em busca de um país sem privilégios e tantos vícios. Que a queda do Império romano, afogada em vinho e sangue, nos oriente a virar as costas para esse tipo de passado. Que possamos ver na continuidade e solidez um farol a nos guiar nestes dias revoltos e de pouca luz.

A frase que foi pronunciada:

“Essa é a paz de Cristo ressuscitado. Uma paz desarmada, uma paz ‘desarmante’, humilde e perseverante, que provém de Deus.”

Papa Leão XIV

História de Brasília

A Resolução 1.731, publicada no boletim do IAPC, dá conta de que houve concorrência administrativa para a conservação dos blocos em Brasília. Isto não é nada, quando chegarmos aos números. (Publicada em 31/5/1962)